III Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento

20 a 22 de outubro de 2014

CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MPH1244

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIAL: UM ESTUDO SOBRE AS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

PAULA REGIA BOMFIM FERREIRA
painha12@hotmail.com
MESTRADO - DESENVOLVIMENTO HUMANO
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

ORIENTADOR(A)
ROSELI ALBINO DOS SANTOS
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIAL: UM ESTUDO SOBRE AS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Resumo
Este artigo tem como objetivo mapear e analisar a produção acadêmica sobre o atendimento educacional especial nas escolas regulares. O estudo terá como pressuposto básico a pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, sobre as publicações do banco de artigos da Revista Brasileira de Educação Especial, no período de 2005 a 2014. A busca foi efetuada a partir do descritor que representa a temática em estudo, atendimento educacional especializado, mediante a concepção de educação especial como uma modalidade transversal da educação geral. Os estudos demonstraram que apesar da escola trilhar seu caminho em busca da inclusão escolar, não há uma articulação entre ao ensino comum e o atendimento educacional especializado e que o mesmo não funciona conforme orientação do MEC. Verifica-se que a legislação tem assegurado o atendimento educacional especializado para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. No entanto, as práticas pedagógicas têm demonstrado que a escola não se adequou ainda para atender a diversidade da clientela da educação especial.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Atendimento Educacional Especializado. Alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

ESPECIAL EDUCATION CARE: A STUDY ABOUT SCIENTIFIC RESEARCH

Abstract
This article aims to analyze and map the academic production about educational care for people with special needs in the regular school. This study will have as a basic assumption, the qualitative research of bibliographical aspect about publications in the Brazilian Special Education magazine from 2004 to 2014 period. The search was made starting from the descriptor that represents the theme in study, Specialized Educational Care by the concept of special education as a general education transverse mode. The study shows that although the school tries hard in a search for school inclusion, there is no articulation between the regular teaching and the specialized educational care and also, It doesn`t work as the MEC guidance. We can note that the legislation has assured the specialized educational care for gifted and talented students. However, the pedagogic practices have shown that the school has not been adjusted yet to attend all the guest variety for special education

Key words: *School inclusion. Specialized Educational Care. Students with special needs.*

1 INTRODUÇÃO

Na literatura atual vem se discutindo um novo paradigma para uma política educacional que atenda a todos os alunos dentro do seu ritmo próprio de aprendizagem. Esta política vem desmistificar o fracasso de muitos alunos que, por não se enquadrarem ao seu modelo imposto pela sociedade, eram excluídos do seu direito básico garantido como cidadão. A própria Constituição Brasileira no seu art. 205, garante a educação como direito de todos e como dever do estado e da família, incentivada e promovida pela sociedade, visando o desenvolvimento pleno da pessoa humana, a sua qualificação para o trabalho e para o exercício da cidadania (BRASIL, 1988).

Nessa concepção de ensino inclusivo a educação especial não é mais vista como um apêndice da educação, mas fazendo parte da educação geral. Dessa forma, com a instituição da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no ano de 2008, a sala de recurso passou a ser o lócus prioritário do trabalho específico da educação especial com função complementar ou suplementar para a formação do aluno.

A Resolução de nº 04, de 02 de outubro de 2009, que instituiu as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial nos diz ainda em seu art. 5º que:

> O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola do ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em Centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios. (BRASIL, 2009).

Com base na legislação, percebe-se que a implantação da SRM é recente em nossas escolas regulares, abrindo possibilidades para investigar como vendo sendo desenvolvimento esse suporte pedagógico para a inserção do aluno com necessidades especiais na educação.

Este artigo intitulado – Atendimento Educacional Especializado: Um Estudo sobre as Produções Científicas, tem como objetivo principal mapear e analisar a produção acadêmica sobre o atendimento educacional especial nas escolas regulares.

Diante dessa nova abordagem da educação especial na perspectiva da educação inclusiva é que se faz necessário pesquisar sobre o atendimento educacional especial no processo de desenvolvimento humano dos atores que atuam na escola regular. O problema crucial que nos faz refletir é: Se o serviço do atendimento educacional especial na sala de recursos multifuncionais tem respondido as necessidades educativas especiais de todos os alunos que frequentam esse espaço pedagógico especializado.

Como este estudo, espera-se evidenciar as contribuições para o conhecimento das práticas efetivadas no AEE, sobretudo na sala de recursos multifuncionais que tem assumido na nova concepção de educação especial caráter complementar ou suplementar para a formação dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Sendo assim, o objetivo do presente estudo foi mapear e analisar a produção acadêmica sobre o atendimento educacional especial nas escolas regulares e teve como fonte artigos publicados na Revista Brasileira de Educação Especial da Universidade Estadual Paulista.

2 REFERENCIAL TEORICO

2.1 Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

No Brasil, as iniciativas para a modalidade do ensino especial datam da metade do século XIX, Segundo Império, com a criação do Instituto dos meninos Cegos no Rio de Janeiro (1854), hoje Instituto Benjamin Constant (IBC) e do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (1857), também no Rio de Janeiro, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Porém, eram iniciativas isoladas com caráter elitista emanadas de uma sociedade escravocrata em que a maioria da população não tinha escolaridade.

Percebe-se que neste período não havia interesse governamental em estruturar uma política educacional especializada para toda demanda que necessitava desse tipo de atendimento. Essas instituições funcionavam mais como asilos do que propriamente escolas.

O primeiro período de educação especial no Brasil, 1854 à 1956, revela-se por iniciativas oficiais e particulares isoladas,constituindo-se mais como um favor por parte das instituições do que um direito legalmente adquirido. Conforme Mazzota (1996, p. 198): "é importante lembrar que a ação social para a organização do atendimento aos portadores de deficiência, teve, de início, um caráter assistencial, buscando proporcionar-lhes algum conforto e bem-estar".

As primeiras iniciativas para o atendimento educacional do deficiente com caráter oficial, pelo governo federal, foram as chamadas "campanhas" especificamente voltadas para esse fim, todavia tinham características emergenciais. No ano de 1957 é instituída a primeira "campanha para a educação do surdo brasileiro" (CESB), vinculada à direção do Instituto Benjamin Constant e em 1958 foi criada a "campanha nacional de educação e reabilitação de deficientes de visão". Em 1960 foi instituída pela influência de movimentos liderados pela Sociedade Pestalozzi e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – RJ, a "campanha nacional de educação e reabilitação de deficientes mentais" (CADEME). O objetivo das campanhas era ampliar o atendimento dos deficientes em nível nacional.

No final dos anos 70, muitos alunos com deficiência começaram a se integrar nas salas regulares e, nos anos 80 esse movimento se intensificou, uma vez que os documentos oficiais da educação afirmavam que a escola regular seria a melhor opção para o desenvolvimento do deficiente.

Com relação às Políticas de Educação Especial até os anos 90 do século XX, Mazzota (1996, p. 129) nos diz que:

> As principais tendências que caracterizam tais políticas em âmbito nacional, até 1990, são: centralização do poder de decisão e execução, atuação marcadamente terapêutica e assistencial ao invés de educacional, ênfase ao atendimento segregado realizado por instituições especializadas particulares.

A educação inclusiva que visa inserir nas salas de ensino regular alunos com necessidades educacionais especiais está fundamentada na Constituição Federativa do Brasil de 1988, quando consagra no seu artigo 205 a educação como direito de todos e dever do Estado e da família e no seu art. 208, inciso III quando estabelece o "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino" (BRASIL, 1988).

Essas linhas de pensamento são regulamentadas pela nova Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei de nº 9394/96, estabelecendo um capítulo (V) exclusivo para a educação especial.

O seu art. 58- Conceitua-se como educação especial, a modalidade de ensino oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Os parágrafos 1º e 2º menciona que haverá, quando necessário, os serviços de apoio especializado na escola regular para atender as especificidades da clientela da educação especial. Esse atendimento será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns do ensino regular (BRASIL, 1996).

Do mesmo modo, a Lei de nº 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente vem reafirmar o preceito constitucional no seu art. 54, inciso III quando assegura "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino" (BRASIL, 1990).

Vale ressaltar que, no período entre a promulgação da Constituição Brasileira (1988) e a Lei nº 9394/96, ocorreu na educação um movimento internacional, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos no ano de 1990 na Tailândia que garantia o atendimento educacional a todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro (UNESCO, 1990).

A Declaração de Salamanca promovida pelo governo da Espanha no ano de 1994, sedimentou os princípios adquiridos na Conferência Mundial (1990) e revelando ainda dentro dos fatores relativos à escola que "para crianças com necessidades educacionais especiais uma rede contínua de apoio deveria ser providenciada, com variação desde a ajuda mínima na classe regular até programas adicionais de apoio à aprendizagem dentro da escola e expandindo, conforme necessário, à provisão de assistência dada por professores especializados e pessoal de apoio externo" (UNESCO, 1994).

No ano de 2001 foi instituído as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a Resolução do CNE/CEB 2/2001, afirmando em seu art.07 que "o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da educação básica" (BRASIL, 2001). Essa Resolução veio suprimir o termo "preferencialmente" assegurado na LDB 9394/96 e na Lei 8069/90 e foi acrescentado que somente "extraordinariamente" os alunos com necessidades educacionais especiais poderiam ser atendidos em classes ou escolas especiais.

Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva veio configurar a educação especial dentro da educação geral perpassando todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, com atendimento educacional especializado. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos das turmas comuns do ensino regular, visando à sua autonomia e independência fora e dentro da escola.

A Resolução CNE/CEB de nº 04, de 02 de outubro de 2009 que instituiu as Diretrizes operacionais para o AEE na Educação Básica, na modalidade de educação especial, prioriza esse atendimento nas Salas de Recursos Multifuncionais ou nos Centros de Atendimento Educacional Especializado no turno inverso da escolarização, não substituindo às classes comuns.

Com relação a formação dos professores que atuam no AEE, essa Resolução assegura no seu art. 12 que "o professor deve ter formação inicial que o habilite para o

exercício da docência e formação específica para a Educação Especial" (BRASIL, 2009).

O Decreto de nº 7611, de 17 de novembro de 2011, dispõe ainda sobre a educação especial e sobre o atendimento educacional especializado, assegurando no art. 3º como objetivos do atendimento educacional especializado:

> I – Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
> II – garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
> III – Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
>
> IV – assegurar condições para continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2011).

Atualmente, a secretaria em âmbito nacional responsável pela Política de Educação Especial é a SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), que tem como objetivo o desenvolvimento inclusivo nos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e diversidades, mediante a efetivação de políticas públicas transversais.

2.2 Produção Acadêmico-Científica sobre o Atendimento Educacional Especializado

O estudo preliminar de revisão de literatura indexados no Banco de Dados da Revista Brasileira de Educação Especial, do ano de 2005 a 2014, foi realizado a partir da concepção de educação especial como uma modalidade transversal da educação geral. A busca foi efetuada a partir do descritor que representava a temática em estudo, como sendo: atendimento educacional especializado, que possibilitou o resgate de 248 artigos.

A análise preliminar da temática e do resumo possibilitou a retirada de 237 artigos, sendo que a maioria dos artigos referiam-se as deficiências (intelectual, física, visual), altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento, como também foram retirados artigos que não retratavam a realidade brasileira. Resultando em 11 artigos para análise que foram todos lidos na íntegra.

A seguir, serão apresentadas no Quadro 1 os títulos e nome dos autores dos onze resumos selecionados para o mapeamento.

Quadro 1 - Título dos Artigos

Autor/Ano	Título
Pietro e Sousa (2006).	Educação Especial no Município de São Paulo: Acompanhamento da Trajetória Escolar de Alunos no Ensino Regular.
Rocha e Almeida (2008).	Ensino Itinerante para Deficientes Visuais: Um Estudo Exploratório.
Pelosi e Nunes (2009).	Caracterização dos Professores Itinerantes, suas Ações na Área de Tecnologia Assistiva e seu Papel como Agente de inclusão Escolar.
Mori e Brandão (2009)	O Atendimento em Salas de Recursos para Alunos com Altas Habilidades/Superdotação: O Caso de Paraná.
Baptista (2011).	Ação Pedagógica e Educação Especial: A Sala de Recursos como Prioridade na Oferta de Serviços Especializados.

Garcia e Michels (2011).	A Política de Educação Especial no Brasil (1991-2011): Uma Análise da Produção do GT15- Educação Especial da ANPED.
Nunes, Braun e Walter (2011)	Procedimentos e Recursos de Ensino para o Aluno com Deficiência: O que tem sido disseminado nos trabalhos do GT 15 da ANPED sobre estes temas?
Kassar (2011)	Percurso da Constituição de uma Política Brasileira de Educação Especial Inclusiva.
Briant e Oliver (2012).	Inclusão de Crianças com Deficiência na escola Regular numa Região do Município de São Paulo: Conhecendo Estratégias e Ações.
Lopes e Marquezine (2012).	Sala de Recursos no Processo de Inclusão do Aluno com Deficiência Intelectual na Perspectiva dos Professores.
Galvão e Miranda (2013)	Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Surdocegueira: Um Estudo de Caso no Espaço da Escola Regular.

Fonte: Autoria Própria

3 MÉTODOS

Esta pesquisa básica de caráter bibliográfico tem como objetivo analisar a produção acadêmica sobre o atendimento educacional especial, no banco de dados da Revista Brasileira de Educação Especial no período de 2005 a 2014.

Neste artigo foram apresentados temas relacionados à concepção de educação especial na perspectiva da educação inclusiva e sobre a produção acadêmico-científica do atendimento educacional especial. Para o desenvolvimento da pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa por favorecer uma relação dinâmica entre o pesquisador e o fenômeno de estudo.

A revista Brasileira de Educação Especial da Universidade Estadual Paulista conta em seu corpo editorial com pesquisadores de universidades nacionais e internacionais e destina-se a divulgação de pesquisas e estudos originais sobre a educação especial.

Vale ressaltar que, o período de 2005 a 2014 que está disponibilizado no banco de dados da revista os números dos periódicos na coleção.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

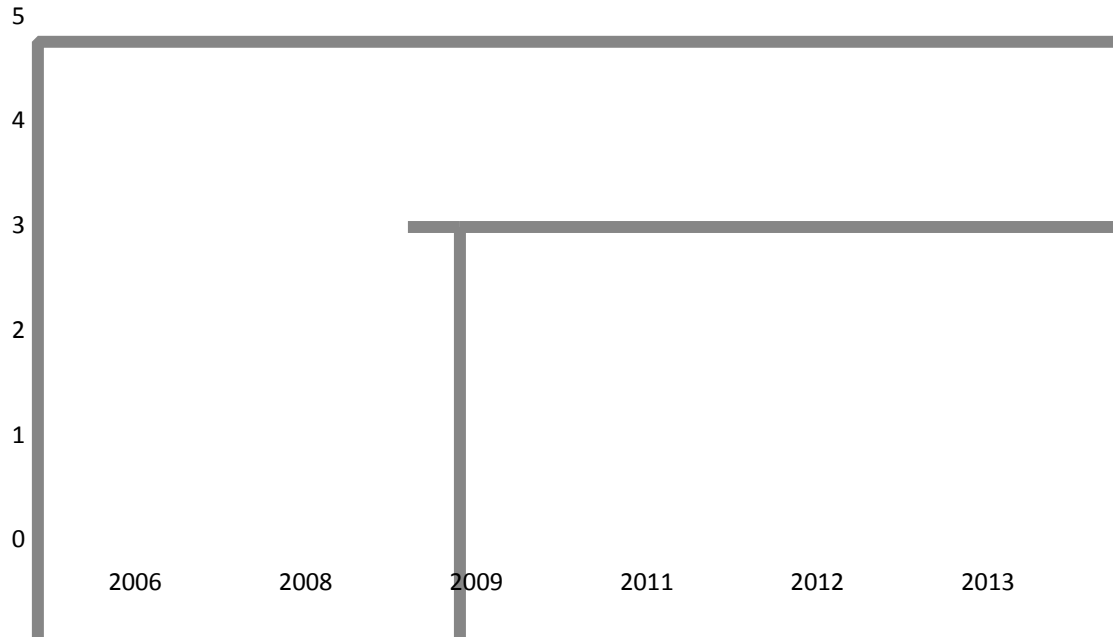
Este artigo teve por objetivo principal mapear e analisar a produção acadêmica sobre o atendimento educacional especial nas escolas regulares a partir da leitura dos artigos.

Desse modo após a leitura dos artigos os dados coletados foram organizados em gráficos e quadro. Portanto, para apresentação dos resultados da pesquisa serão considerados os seguintes itens:

- Ano em que foram publicados os artigos;
- Temas;
- Resultados.

A análise da quantidade de artigos publicados em cada ano pode nos fornecer informações sobre em que período houve um maior interesse dos pesquisadores pela temática que será apresentado no gráfico 1.

Gráfico 1 - Ano

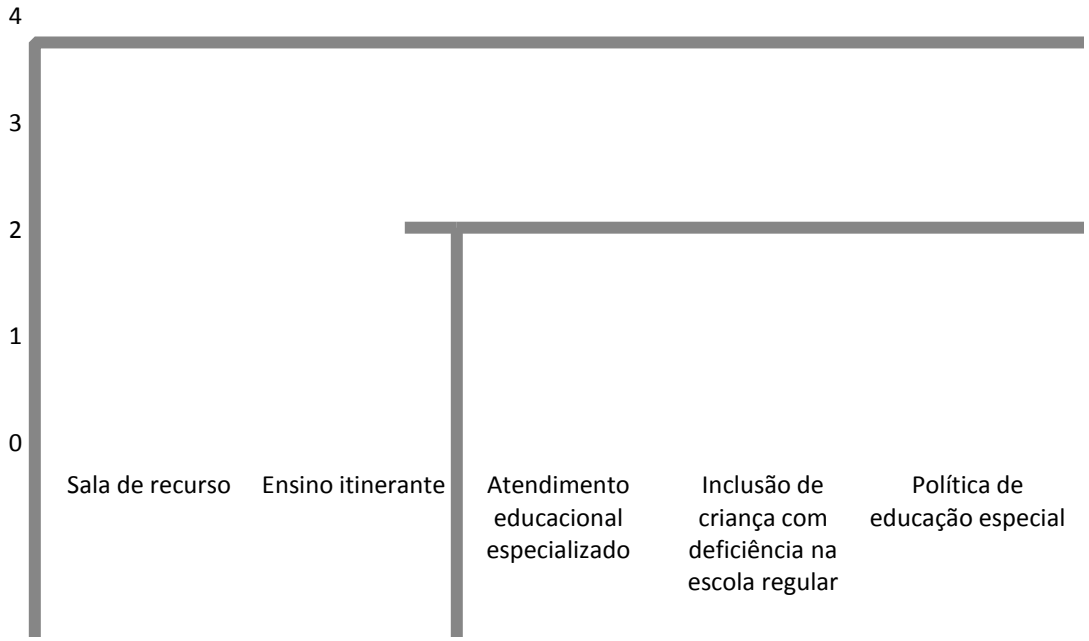


Fonte: Autoria Própria

Verifica-se que a maior produção sobre a temática Atendimento Educacional Especializado ocorreu entre os anos de 2009 a 2012. Sendo que no ano de 2011 foi apresentado o maior número de artigos. Vale ressaltar que no ano de 2009, foram instituídas as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (Resolução de nº 04, de 02 de outubro de 2009) e, em 2011 foi instituído o Decreto nº 7.611 em 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

Na análise dos temas de pesquisa considerou-se nos resumos a intenção de pesquisa apresentado pelos autores. De modo que, no gráfico 2, será apresentado as temáticas de maior interesse sobre o AEE.

Gráfico 2 - Tema



Sobre o AEE, a maioria dos pesquisadores delimitaram as pesquisas voltadas para o seguinte estudo: Sala de recursos; Ensino itinerante; AEE (procedimentos e recursos) e sobre a Política de educação especial.

Fonte: Autoria Própria

os resultados dos artigos que serão abordados dentro das se[illegible] Escolar/ Atendimento Educacional Especializado e Política Brasileira de Educação Especial.

No estudo conduzido por Pietro e Sousa (2006), as autoras analisaram as potencialidades das SAPNE (Salas de Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais) para alunos com deficiência mental. Constataram-se que o encaminhamento para a SAPNE era apenas da escola, envolvendo a professora da classe comum e da SAPNE, sem subsídios de laudos psicológicos ou médicos. Evidenciou ainda que não havia um acompanhamento sistemático de atendimento na SAPNE com relação a trajetória dos alunos atendidos. Mori e Brandão (2009) observaram no estudo sobre o atendimento em salas de recursos para alunos com altas habilidades/superdotação que o levantamento de identificação dos alunos foi realizado pela coordenação das equipes pedagógicas das escolas, que fizeram também entrevistas com os pais e relatório de encaminhamento. No entanto, posteriormente, as indicações passaram a ocorrer de modo informal sem uma sistematização devida. Ficando evidente que o serviço de apoio especializado ainda não cumpriu o seu objetivo no que se refere à formação de professores e a falta de recursos materiais. Nessa revisão Mori e Brandão (2009) constataram ainda o envolvimento efetivo do professor especialista na causa do aluno considerado "especial", que não recebe a mesma compreensão do professor da classe regular, devido a fragmentação da estrutura organizacional da escola.

A ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados foi analisado por Baptista (2011) que segundo esse autor no contexto brasileiro não são numerosos os estudos sobre a sala de recursos, pois esses espaços estiveram restrito a alguns contextos, devido o histórico das classes e escolas especiais. Esse estudo abordou ainda o caráter multifuncional da sala de recursos que tem como objetivo oferecer uma pluralidade de ações respaldada por um educador especializado. No entanto, evidenciou que não há garantia de que um professor que tem um saber especializado restrito a uma tipologia de deficiência possua conhecimento pedagógico que é exigido atualmente para dar respostas às singularidades do aluno e aos desafios da ação pedagógica no ensino comum.

Nesse sentido Galvão e Miranda (2013), no estudo realizado sobre o AEE (atendimento educacional especializado) para alunos com surdocegueira, identificaram também ausência de ação planejada e de fragmentação nas ações do AEE; ações pedagógicas desarticuladas entre os professores da sala regular e os especialistas, como também desconhecimento das necessidades educacionais especiais dos alunos com surdocegueira.

A pesquisa realizada por Lopes e Marquezine (2012), em uma escola regular municipal de uma cidade do norte do Paraná, demonstrou que o trabalho desenvolvido na sala de recursos e na classe regular atendia as necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência intelectual, possibilitando-os participar das atividades especializadas desenvolvidas no AEE, como de atividades desenvolvidas em classe regular. Contudo, esse trabalho desenvolvido na sala de recurso não pode ser confundido como reforço escolar.

Com relação ao trabalho desenvolvido pelo professor itinerante os estudos realizados por Rocha e Almeida (2008) e por Pelosi e Nunes (2009) revelaram a

necessidade de reorganização dessa modalidade de ensino, como sendo: a necessidade de formação em serviço; a realização das ações desse profissional como mediador de ensino e não apenas de orientador; as adaptações curriculares como parte de suas atribuições pedagógicas e a redefinição do seu papel como agente de inclusão a partir de um planejamento sistemático do número alunos e de escolas atendidos.

Nunes, Braun e Walter (2011) analisaram 37 trabalhos que versaram sobre procedimentos e recursos de alunos com deficiência e os estudos foram eloquentes em mostrar a necessidade do professor em observar mais o processo de aprendizagem do que o produto, através da mediação. Briant e Oliver (2012) desenvolveram um estudo numa região do município de São Paulo com o objetivo de conhecer do ponto de vista do professor do ensino fundamental da rede pública municipal, as estratégicas pedagógicas que utilizavam para a inclusão de crianças com deficiência na classe comum. Foi constatado, de uma maneira geral, que para os diferentes agentes, a problematização está focada na criança com necessidades educacionais especiais e em poucos discursos os professores consideraram a possibilidade de redimensionamento de sua prática pedagógica.

Vale ressaltar ainda que, os estudos de Garcia e Michels (2011) sobre a política de educação especial brasileira evidenciaram que a organização da Política de Educação Especial nos últimos anos pode ser considerada como uma "política de resultados". Essa concepção de gestão gerencial implica na descentralização das ações permeada pela relação de controle central e execução local. Kassar (2011) conclui ressaltando a importância dos diferentes setores da sociedade nos embates atuais para a formulação de uma política de educação brasileira que atenda a toda população.

5 CONCLUSÃO

Com base nos resultados dos artigos, verificou-se que a legislação tem garantido o atendimento educacional especializado para o processo de inclusão escolar dos alunos da clientela da educação especial. No entanto, as pesquisas ainda evidenciaram que as escolas não tem assegurado um atendimento especializado que responda a contento as reais necessidades educacionais na perspectiva de uma formação complementar ou suplementar para a formação dos alunos com deficiência, transtornais globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Dessa forma, faz-se necessário futuras pesquisas nessa área do AEE, visto que a sala de recursos multifuncionais foi implantada recentemente e necessita de uma abordagem significativa para o preenchimento das lacunas.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. R. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 17, edição especial, p. 59–76, mai./ago. 2011.

BRASIL. (Constituição de 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/1994. - 35 ed. - Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 07 jul. 2014.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei de nº 9.394. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de fevereiro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministério da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília: 2008.

_____. **Resolução nº 04, de 02 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Resolução CNE/CEB 4/2009. Diário Oficial da União. Brasília, 05 de outubro de 2009.

_____. Presidência da República. **Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Publicado no DOU de 18 de novembro de 2011. Brasília: 2011.

BRIANT, M. E. P.; OLIVER, F. C. Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 18, n.1, p. 141–154, jan./mar. 2012.

GALVÃO, N. de C. S. S. ; MIRANDA, T. G. Atendimento educacional especializado para alunos com surdocegueira: um estudo de caso no espaço da escola regular. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 19, n.1, p. 43–60, jan./mar. 2013.

GARCIA, R. M. C.; MICHELS, M. H. A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise de produção do GT15 – educação especial da ANPED. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 17, edição especial, p. 105–124, mai./ago. 2011.

KASSAR, M. de C. M. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 17, edição especial, p. 41–58, mai./ago. 2011.

LOPES, E. ; MARQUEZINE, M. C. Sala de recursos no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual na percepção dos professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 18, n.3, p. 487–506, jul./set. 2012.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil**: História e políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MORI, N. N. R. ; BRANDÃO, S. H. A. O atendimento em salas de recursos para alunos com altas habilidades/superdotação: o caso do Paraná. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 15, n.3, p. 485–498, set./dez. 2009.

NUNES, L. R. O. de P.; BRAUN, P.; WALTER, C. C. de F. Procedimentos e recursos de ensino para o aluno com deficiência: o que tem sido disseminado nos trabalhos do GT 15 da ANPED sobre estes temas? **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 17, edição especial, p. 23–40, mai./ago. 2011.

PELOSI, M. B. ; NUNES, L. R. O. de P. Caracterização dos professores itinerantes, suas ações na área de tecnologia assistiva e seu papel como agente de inclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 15, n.1, p. 141–154, jan./abr. 2009.

PRIETO, R. G.; SOUSA, S. Z. L. Educação especial no município de São Paulo: acompanhamento da trajetória escolar de alunos no ensino regular. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 12, n.2, p. 187–202, mai./ago. 2006.

ROCHA, M. M. ; ALMEIDA, M. A. de. Ensino itinerante para deficientes visuais: um estudo exploratório. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 14, n.2, p. 201–216, mai./ago. 2008.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2014.